

PLANO DE DADOS ABERTOS DO IF FARROUPILHA



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
FARROUPILHA



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

**REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA**

REITORA

Carla Comerlato Jardim

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Raquel Lunardi

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Arthur Pereira Frantz

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nídia Heringer

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Édison Gonzague Brito da Silva

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Vanderlei José Pettenon

DIREÇÃO GERAL DOS *CAMPI*

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* ALEGRETE

Rodrigo Ferreira Machado

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* FREDERICO WESTPHALEN

Carlos Guilherme Trombetta

DIRETOR GERAL *PRO TEMPORE* DO *CAMPUS* JAGUARI

Carlos Eugênio Rodrigues Balsemão

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS

Rodrigo Carvalho Carlotto

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* PANAMBI

Alessandro Callai Bazzan

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* SANTA ROSA

Renata Rotta

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* SANTO ÂNGELO

Rosane Rodrigues Pagno

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* SANTO AUGUSTO

Verlaine Denize Brasil Gerlach

DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* SÃO BORJA

Carla Tatiana Zappe

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* SÃO VICENTE DO SUL

Deivid Dutra de Oliveira

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* AVANÇADO URUGUAIANA

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDA

Angela Maria Andrade Marinho

Carolina Teixeira Weber Dall’Agnese

Diego dos Santos Comis

Diego Zeni

Fernanda Lopes Silva Ziegler

Jesner Nunes

José Antônio Lopes Hipp

Leandro Felipe Aguilar Freitas

Maria Lucia Viana Cardoso

Rafaelle Ribeiro Gonçalves

Sheila de Oliveira Goulart

Viviane Flores de Almeida Hennig

Documento revisado em 13 de abril de 2018

Publicado em 02 de maio de 2018

1. PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 Histórico	8
1.1.1 <i>Campus</i> Alegrete	11
1.1.2 <i>Campus</i> Frederico Westphalen	11
1.1.3 <i>Campus</i> Jaguari	12
1.1.4 <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	12
1.1.5 <i>Campus</i> Panambi	13
1.1.6 <i>Campus</i> Santa Rosa	13
1.1.7 <i>Campus</i> Santo Ângelo	13
1.1.8 <i>Campus</i> Santo Augusto	13
1.1.9 <i>Campus</i> São Borja	14
1.1.10 <i>Campus</i> São Vicente do Sul	14
1.1.11 <i>Campus</i> Avançado Uruguaiana	15
1.1.12 Polos de Educação a Distância	15
1.1.13 Centros de Referência	15
1.2. Missão, Visão e Valores	16
1.2.1 Missão	16
1.2.2 Visão	16
1.2.3 Valores	16
1.3 Finalidades dos Institutos Federais	16
1.4. Objetivos	17
2. PLANO DE DADOS ABERTOS (PDA) DO IFFAR	18
2.1 Origem do documento	18
2.2 Apresentação	18
2.3 O que são dados abertos governamentais?	20
2.4. Objetivo geral	22
2.4.1. Objetivos específicos	22
2.5. Legislação e demais normativos	23
2.6. Metodologia de construção e validação do documento	24
2.7. Definição dos dados a serem abertos	25
2.8. Estratégia para a Abertura dos Dados	28
2.8.1 Premissas	29
2.9. Plano de ação	29
2.10. Sustentação	30
2.11 Atualização	30

2.12 Manutenção	30
2.13. Governança	30
2.14. Monitoramento e controle	31
2.15. Melhoria da qualidade dos dados	31
2.16. Comunicação e participação social	32
Referências	32
Histórico de Revisões	36

1. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua unidade descentralizada de Júlio de Castilhos e a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete e do acréscimo da unidade descentralizada de ensino de Santo Augusto, que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Caracteriza-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei de sua criação, o IF Farroupilha é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentoras de autonomia universitária.

Atualmente o IF Farroupilha é composto pelas seguintes unidades administrativas¹:

- *Campus* Alegrete
- *Campus* Frederico Westphalen
- *Campus* Jaguarí
- *Campus* Júlio de Castilhos
- *Campus* Panambi
- *Campus* Santa Rosa
- *Campus* Santo Ângelo
- *Campus* Santo Augusto
- *Campus* São Borja
- *Campus* São Vicente do Sul
- *Campus* Avançado Uruguaiana
- Polos de Educação a Distância

¹ A Portaria Nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão, que poderá ocorrer mediante a constituição e a estruturação das seguintes unidades administrativas: *Campus*, *Campus* Avançado, Polo de Inovação, Polo de Educação a Distância e Centros de Referência.

- Centros de Referência
- Reitoria

O IF Farroupilha é uma instituição de ensino pública e, em atenção aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos de nível médio (presenciais e a distância) e cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando a verticalização do ensino. A atuação pedagógica está voltada para a plena formação do cidadão-profissional, perpassando pela articulação ensino-pesquisa-extensão.

1.1 Histórico

O IF Farroupilha iniciou as suas atividades de ensino no ano de 2009, com os *campi* Alegrete, Júlio de Castilhos, Santo Augusto e São Vicente do Sul. Nesse ano, também foi constituída a Reitoria da instituição, no município de Santa Maria. Os *campi* concentravam suas ações no ensino técnico de nível médio, destacando-se como áreas de atuação os eixos de recursos naturais e de informação e comunicação.

No Instituto Federal Farroupilha, o ensino tem ênfase na integração de uma formação geral, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais e de uma formação voltada para o trabalho. Concretiza-se em cursos de Formação Inicial e Continuada, Educação Básica Integrada à Educação Profissional e PROEJA, cursos Técnicos Subsequentes, Superiores de Graduação, Tecnológicos, de Pós-Graduação e de Extensão, todos atendendo, preferencialmente, às necessidades locais e regionais.

A sede administrativa do IF Farroupilha, por meio da participação da comunidade acadêmica, foi responsável por conduzir a elaboração dos documentos, regimentos e procedimentos da instituição. Inicialmente, a Reitoria do IF Farroupilha era composta por quatro Pró-Reitorias: de Administração, de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e de Pós-Graduação e Inovação.

À Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior do IF Farroupilha (CONSUP) e, a partir de orientações do(a) Reitor(a) e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPPGI) compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação homologadas pelo CONSUP e, a partir de orientações do(a) Reitor(a), em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

À Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologada pelo CONSUP, bem como promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

À Pró-Reitoria de Administração (PROAD) compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária e financeira do IF Farroupilha, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e outras atividades delegadas pelo(a) Reitor(a).

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI) foi criada no segundo semestre de 2012, em atenção a previsão do Estatuto do IF Farroupilha. À PRDI compete promover a integração entre a Reitoria e os *campi* e o desenvolvimento dos servidores, coordenar os processos de planejamento estratégico e avaliação institucional, sistematização de dados, informações e procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico, e planejar e coordenar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, à tecnologia da informação, além de outras atividades delegadas pelo(a) Reitor(a).

As ações de todas as Pró-Reitorias devem estar em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras e promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2010, tiveram início as atividades dos *campi* Santa Rosa, São Borja e Panambi. Em 2013, foi inaugurado o *Campus* Jaguari, mesmo ano em que o Conselho Superior aprovou o Regimento Geral do IF Farroupilha (Resolução CONSUP Nº 010/2013) e o *Campus* Avançado Uruguaiana entrou em funcionamento. Em 2014 o *Campus* Santo Ângelo começou a operar e as primeiras seleções de alunos de cursos técnicos subsequentes para os centros de referência de Carazinho, Santiago, São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Quaraí e Não-Me-Toque foram realizadas. Em 03 de julho de 2014, o processo de desvinculação do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW) da Universidade Federal de Santa Maria foi aprovado pelo seu Conselho Superior, impulsionando a migração do CAFW para o IF Farroupilha.

Mapa com a localização das unidades do IF Farroupilha

UNIDADES

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA



REITORIA/CAMPUS

- R** Reitoria
- 1** Campus Alegrete
- 2** Campus Frederico Westphalen
- 3** Campus Jaguari
- 4** Campus Júlio de Castilhos
- 5** Campus Panambi
- 6** Campus Santa Rosa
- 7** Campus Santo Ângelo
- 8** Campus Santo Augusto
- 9** Campus São Borja
- 10** Campus São Vicente do Sul
- 11** Campus Avançado Uruguiana

CENTROS DE REFERÊNCIA

- 1** Carazinho
- 2** Não-Me-Toque
- 3** Candelária
- 4** Santiago
- 5** São Gabriel
- 6** Quaraí
- 7** Três Passos
- 8** Rosário do Sul

1.1.1 *Campus* Alegrete

O *Campus* Alegrete está situado na RS 377, Km 27, 2º Distrito de Passo Novo, em Alegrete/RS, na mesorregião sudoeste sul-rio-grandense, com uma área de 316 hectares, a aproximadamente 35 Km da sede do município. O *Campus* foi instalado na fase da Pré-Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Iniciou suas atividades em 1954, atendendo jovens oriundos de famílias de agricultores, do Núcleo Colonial do Passo Novo. A partir de 2008, com a criação da Lei Nº 11.892, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete passou a integrar, e, conjunto com os demais *campi*, o IF Farroupilha.

O *Campus* atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Recursos Naturais; Informação e Comunicação; e Produção Alimentícia.

1.1.2 *Campus* Frederico Westphalen

Localizado na cidade de Frederico Westphalen, no norte do Estado do Rio Grande do Sul, o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen fica na região denominada Médio-Alto Uruguai. O município fica a 431 km de Porto Alegre, capital do RS, e a 281 km de Santa Maria, cidade sede da Reitoria do IF Farroupilha. Está situado na área rural do município de Frederico Westphalen, mais especificamente na Linha Sete de Setembro, no Km 40 da BR 386, distante 9 km da sede do município.

A instituição foi criada pela Lei Nº 3.215, de 19 de julho de 1957, denominada inicialmente Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen. Na época, foi vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. O estabelecimento abriu suas portas no dia 11 de abril de 1966 como Ginásio Agrícola, quando recebeu a primeira turma. Foi incorporado à Universidade Federal de Santa Maria por meio do Decreto Nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transformando-se em Colégio Agrícola. A partir de agosto de 2011, a ideia de migração do CAFW para a rede de Institutos Federais ganhou força em assembleia geral de servidores, bem como a adesão da comunidade da região do Médio Alto-Uruguai, passando a ser, a partir de então, uma das principais demandas políticas públicas da região. Após longos processos de negociações visando à implementação da proposta de migração do CAFW/UFSM para a Rede dos Institutos Federais, a partir de junho de 2013, deu-se abertura ao Processo de Migração, protocolado na UFSM sob o número 23081.009385/2013-46, a fim de ser encaminhado para análise do Conselho Universitário (CONSU). Em 03 de julho de 2014, o referido Processo de

migração do CAFW foi aprovado pelo CONSU da universidade, permitindo assim a desvinculação do CAFW da UFSM e a sua migração ao IF Farroupilha.

Atualmente, o quadro de servidores do CAFW é composto por 26 servidores técnico-administrativos em educação e 52 docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Ensino Superior. O colégio atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Recursos Naturais; Informação e Comunicação; e Produção Alimentícia.

1.1.3 *Campus Jaguari*

O *Campus Jaguari* está situado na BR 287, Estrada do Chapadão, em Jaguari/RS, na mesorregião centro-ocidental sul-rio-grandense, com uma área de 102 hectares. O *campus* foi criado na Fase III da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Iniciou suas atividades em 2009, como Núcleo Avançado do *Campus São Vicente do Sul*. Foi elevado à categoria de *campus* do IF Farroupilha em agosto de 2011, e, em janeiro de 2013, obteve autorização para iniciar as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

O *campus* atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Produção Alimentícia; Recursos Naturais; e Controle e Processos Industriais.

O *Campus Jaguari*, cumprindo sua função social, compromete-se com uma educação emancipatória; desse modo, oferta cursos voltados à educação do campo, agricultura familiar, agroecologia, agroindústria familiar e vitivinicultura, utilizando, preferencialmente, a metodologia/pedagogia da alternância.

1.1.4 *Campus Júlio de Castilhos*

O *Campus Júlio de Castilhos* está situado no interior do Município de Júlio de Castilhos/RS, na RS 527 – Estrada de acesso secundário para Tupanciretã. Localizado na mesorregião centro-ocidental sul-rio-grandense, possui uma área total de 42 hectares, incluindo um parque florestal, e fica a aproximadamente 7 km da sede do município.

Foi implantado na Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e iniciou suas atividades letivas em 2008, na Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) de Júlio de Castilhos, inaugurada em 29 de maio de 2008. Com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tornou-se o *Campus Júlio de Castilhos*.

Atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Recursos Naturais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Produção Alimentícia.

1.1.5 *Campus Panambi*

O *Campus* Panambi está situado na Rua Erechim, 860, Bairro Planalto, Panambi/RS, na mesorregião noroeste sul-rio-grandense, e possui uma área total de 51,28 hectares. Foi criado na Fase II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Sua história teve início em 2008, a partir de tratativas realizadas com o MEC/SETEC. No dia 6 de maio daquele ano, efetivou-se a doação da área, por parte da Prefeitura Municipal de Panambi, ao então CEFET São Vicente do Sul.

Atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Informação e Comunicação; Recursos Naturais, Infraestrutura; e Controle e Processos Industriais.

1.1.6 *Campus Santa Rosa*

O *Campus* Santa Rosa está situado na Rua Uruguai, Nº 1.675, Bairro Central, em Santa Rosa/RS. Localizado na mesorregião noroeste sul-rio-grandense, possui uma área total de 9,26 hectares.

Foi criado na Fase II da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciando as suas atividades em 2010.

Atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Infraestrutura; Produção Industrial; Produção Alimentícia; Recursos Naturais; Gestão e Negócios; e Controle e Processos Industriais.

1.1.7 *Campus Santo Ângelo*

O *Campus* Santo Ângelo se encontra provisoriamente na Rua Antônio Manoel, Nº 1.400, Centro de Santo Ângelo/RS. Possui uma área de 50 hectares, localizada na mesorregião noroeste sul-rio-grandense.

Foi implantado na Fase III da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e iniciou as suas atividades no ano de 2013.

Atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Saúde e Estética e Informação e Comunicação.

1.1.8 *Campus Santo Augusto*

O *Campus* Santo Augusto está situado na Rua Fábio João Andolhe, Nº 1.100, Bairro Floresta, em Santo Augusto/RS, na mesorregião noroeste sul-rio-grandense, com uma área de 20,9 hectares. O *Campus* foi implantado na Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Teve origem no Ceproval – Centro de Educação Profissional mantido pela Fundação Vale do Rio Turvo para o Desenvolvimento Sustentável – FUNDATURVO/DS, para atender à demanda de ensino profissional de Santo Augusto e região. Com a federalização, a instituição passou a ser uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG), mantida com recursos do Ministério da Educação.

A UNED foi inaugurada e iniciou as suas atividades letivas em 18 de dezembro de 2007. Em dezembro de 2008, foi sancionada a Lei Nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir da assinatura da regulamentação da criação dos institutos, a Unidade de Ensino Descentralizada de Santo Augusto passou a ser um *campus* do IF Farroupilha, com reitoria em Santa Maria.

O *Campus* atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Produção Alimentícia; Gestão e Negócios; Recursos Naturais; e Informação e Comunicação.

1.1.9 *Campus* São Borja

O *Campus* São Borja está situado na Rua Otaviano Castilho Mendes, Nº 355, Bairro Bettim, em São Borja/RS, na mesorregião sudoeste sul-rio-grandense, com uma área de aproximadamente 11 hectares, em espaço urbano. Faz parte da Fase II da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e iniciou as suas atividades acadêmicas no dia 15 de março de 2010, em instalações provisórias oferecidas pelo município de São Borja. Após ter sido concluída a primeira etapa de construção, o *campus* passou a ocupar suas instalações definitivas, no bairro Bettim.

Atua nos Eixos Tecnológicos de: Turismo, Hospitalidade e Lazer; e Informação e Comunicação.

1.1.10 *Campus* São Vicente do Sul

O *Campus* São Vicente do Sul está situado na Rua 20 de Setembro, em São Vicente do Sul/RS, na mesorregião centro-ocidental sul-rio-grandense. Possui uma área de 332 hectares, dos quais 97 hectares são ocupados pela sede do *campus*, localizada a 2 Km do centro da cidade de São Vicente do Sul, e 235 hectares pela fazenda-escola, que tem acesso pela RS 640, à distância de 15 Km da sede. O *campus* foi implantado na Fase da Pré-Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Sua criação foi consolidada em 1954, por meio de um acordo firmado entre o governo da União e o então município de General Vargas, sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola,

com amparo nos dispositivos do Decreto-Lei Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, e do Decreto Federal Nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, que instalaram o Ensino Agrícola no Brasil. Em 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com suas respectivas unidades, passou a fazer parte do IF Farroupilha.

Atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Gestão e Negócios; Produção Alimentícia e Recursos Naturais.

1.1.11 *Campus* Avançado Uruguaiana

O *Campus* Avançado Uruguaiana está situado na Rua Monteiro Lobato, Nº 4.442, Bairro Cabo Luis Quevedo, Uruguaiana/RS, em área doada pelo município de 3,3 hectares. A cidade está localizada na mesorregião sudoeste sul-rio-grandense. A implantação do *campus*, vinculado ao *Campus* São Borja, ocorreu durante o ano de 2013, na Fase III da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Atualmente, o *campus* atua no Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação.

1.1.12 Polos de Educação a Distância

A educação a distância é uma modalidade de ensino recente no IF Farroupilha. Nasceu em 2008, através da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, hoje *Campus* Alegrete, que aderiu ao E-Tec Brasil, programa que consiste em ofertar cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD), permitindo formar profissionais para o mundo do trabalho e transmitindo conhecimentos a pessoas que não têm condições de se qualificar em cursos presenciais. Hoje, além do *Campus* Alegrete, os *campus* Santa Rosa, São Borja, Santo Augusto, Júlio de Castilhos, São Vicente do Sul e Panambi ofertam cursos técnicos na modalidade EaD.

Atualmente, o IF Farroupilha está presente em 37 municípios do RS, ofertando cursos técnicos na modalidade EaD nos seguintes Eixos Tecnológicos: Saúde e estética; Recursos Naturais; Produção Alimentícia; Informação e Comunicação; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Desenvolvimento Educacional e Social; e Gestão e Negócios.

1.1.13 Centros de Referência

A Portaria MEC Nº 1.291, de 30/12/2013, estabeleceu diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu os parâmetros e normas para a sua expansão. O processo de expansão da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) tem, entre outras

finalidades, o intuito de interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de qualificação profissional para localidades distantes dos grandes centros, onde, geralmente, há mais chances de ter acesso a essas oportunidades.

Entre as formas de organização dos institutos federais previstas na Portaria Nº 1.291, estão os centros de referência. Conforme essa portaria, os centros de referência são de criação autônoma dos institutos federais e são vinculados às suas respectivas reitorias, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica. As ações dos centros de referências são, inicialmente, fomentadas a partir das políticas e recursos do Pronatec. Entretanto, o estabelecimento dos centros depende do apoio fundamental dos municípios onde são pretendidos. O IF Farroupilha criou seis centros de referência: Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Cruz do Sul, São Gabriel, Santiago e Quaraí.

1.2. Missão, Visão e Valores

1.2.1 Missão

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

1.2.2 Visão

Ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica.

1.2.3 Valores

- Ética
- Solidariedade
- Responsabilidade social e ambiental
- Comprometimento
- Transparência
- Respeito
- Gestão Democrática

1.3 Finalidades dos Institutos Federais

A Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os institutos federais, dispõe em seu art. 6º as finalidades de um instituto:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vista à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.4. Objetivos

São objetivos do IF Farroupilha:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Ministrando, em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

2. Plano de Dados Abertos (PDA) do IFFar

2.1 Origem do documento

O presente documento foi redigido e consolidado durante o mês de janeiro de 2017 pela equipe designada pela Portaria Nº 1.195/2016, que constituiu o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração do Plano de Dados Abertos do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), considerando os princípios da publicidade, legalidade e transparência de informações públicas como cerne para todas as determinações estabelecidas.

2.2 Apresentação

O Plano de Dados Abertos do IFFar é um documento que se destina a nortear as ações estratégicas de implementação e promoção da abertura de dados, visando à sua publicização, de forma a incentivar o acesso à informação pública por meio de um controle social mais factual.

Este documento foi elaborado tendo como base:

- o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei Nº 200/1967, c/c o art. 8º, § 3º, incisos II, III e VI, da Lei Nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI);
- orientações do Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos do MPOG;
- a Instrução Normativa SLTI Nº 4, de 13 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos);
- o Decreto Presidencial Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais);
- a Estratégia de Governança Digital (EGD), que, por meio do Decreto Nº 8.638, institui a Política de Governança Digital e os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto;
- outros normativos que abordam o tema de transparência da informação.

Encontram-se aqui descritos os critérios e as definições utilizados para a priorização dos dados a serem abertos; a análise de risco de abertura de dados protegidos por sigilo ou de caráter pessoal; a estratégia estabelecida para abertura dos dados, com o respectivo plano de ação contendo atividades, produtos, cronograma, prazos, responsabilidades e responsáveis pela implementação; o modelo de sustentação com ações necessárias para o alcance e a sustentabilidade dos resultados pretendidos; a estrutura de governança de dados e informação estratégica do MEC, com sua forma de monitoramento e controle; meios de entrega da informação à sociedade e canais de comunicação e participação social, de forma a possibilitar o diálogo com os usuários dos dados abertos; as metodologias, padrões e arquiteturas de dados utilizadas na coleta, catalogação, publicação e atualização dos dados abertos.

Em consonância com o Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação, a priorização dos conjuntos de dados a serem disponibilizados foi definida em conformidade com o Acórdão TCU 3.022/2015, considerando-se também a relevância das informações para o cidadão, o grau de maturidade dos conjuntos de dados dentro da instituição, o alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico e a capacidade de operacionalização das ações necessárias dentro do prazo previsto.

O PDA tem periodicidade bienal, com possibilidade de revisões a qualquer tempo. A divulgação e as atualizações do documento dar-se-ão no portal do Instituto Federal Farroupilha (<http://iffarroupilha.edu.br/>) e no Portal de Dados Abertos da instituição, cujo domínio será criado posteriormente. Também constarão informações no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal (<http://dados.gov.br>). O cidadão poderá usar quaisquer dos canais de

comunicação do IFFar para relatar problemas técnicos ou inconsistências e fazer sugestões, que servirão de insumo para aperfeiçoamento e futuras revisões do PDA.

2.3 O que são dados abertos governamentais?

De acordo com o documento de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) Nº TC 008.801/2015-0, mencionado no PDA do MEC, *“as informações públicas relacionadas aos temas educacionais têm sido grande alvo de interesse pela sociedade brasileira. Segundo dados de 2014 do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e que permite a qualquer pessoa encaminhar pedidos de acesso à informação a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, verificou-se que a educação foi a categoria que obteve a maior quantidade de solicitações feitas pelos usuários do sistema (21.652 pedidos).”*

O documento tem como base o entendimento da Fundação do Conhecimento Aberto (Open Knowledge Foundation – OKF)², organização sem fins lucrativos que busca promover o “conhecimento aberto”, para a qual *“dados são considerados abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeita a, no máximo, à exigência de creditar a autoria dos dados e a compartilhá-los pela mesma licença.”* Quando os dados são produzidos, coletados ou custodiados por autoridades públicas e disponibilizados em formato aberto, consideram-se **dados abertos governamentais**.

No Brasil, outra definição de dados abertos pode ser encontrada no art. 2º, inciso VI, da Instrução Normativa Nº 4/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (STI/MP), que dispõe: *“dados abertos são dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento”.*

Segundo David Eaves, ativista de governo aberto, dados abertos governamentais são regidos por três leis³:

- Se o dado não pode ser encontrado e indexado na web, ele não existe;

² <http://br.okfn.org/> e <http://br.okfn.org/>

³ <http://dados.gov.br/dados-abertos>

- Se o dado não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado; e
- Se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele não é útil.

Considerando essas leis como premissas, foram definidos oito princípios dos dados abertos governamentais pelo *Open Government Data*⁴:

Completo: dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos;

Primários: os dados são apresentados tais como coletados na fonte, com o maior nível possível de granularidade e sem agregação ou modificação;

Atuais: os dados são disponibilizados o quão rapidamente seja necessário para preservar o seu valor;

Acessíveis: os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis;

Processáveis por máquina: os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado;

Acesso não discriminatório: os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro;

Formatos não proprietários: os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente detenha controle exclusivo;

Livres de licenças: os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

Assim, no contexto deste plano de dados abertos, considera-se como dado aberto aquele que atende às três leis e aos oito princípios citados acima.

A abertura de dados promove transparência e, ao mesmo tempo, estimula o engajamento popular, ao aumentar a disponibilidade de informações atualizadas e de

⁴ <https://opengovdata.org/> e <http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>

qualidade e, por esse motivo, a ação de abertura de dados governamentais tem impacto direto na melhoria da gestão pública e no estímulo ao controle social.

Diante disso, a transparência possibilita uma maior participação social, tendo em vista a constante evolução da oferta de melhores serviços que respondam às exigências de publicização e prestação de contas à sociedade.

O Instituto Federal Farroupilha, por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA), o qual disponibilizará ações e seus desdobramentos a fim de promover a abertura de dados no âmbito educacional. Portanto, trata-se de um plano estratégico/operacional sistematizado para promover e implementar a abertura de dados governamentais.

2.4. Objetivo geral

Fomentar e implementar a abertura de dados no Instituto Federal Farroupilha, visando ao cumprimento dos princípios da publicidade, transparência e eficiência, a partir da difusão de informações, de forma a promover meios para o controle social e para disponibilizar subsídios à tomada de decisão, mediante compartilhamento de dados entre a Administração Pública e seus órgãos e cidadãos.

2.4.1. Objetivos específicos

- Promover a transparência e o acesso a informações públicas, a fim de incentivar o controle social;
- Identificar prioridades de divulgação e corrigir e disponibilizar dados em formatos abertos de maneira progressiva e sustentável, promovendo a melhoria contínua da gestão da informação estratégica;
- Expor informações inerentes às ações de gestão pública, no contexto institucional e social;
- Garantir a usabilidade, por meio do compartilhamento e cruzamento de dados, a acessibilidade, a uniformidade, a simplicidade, a operabilidade e a intuitividade;
- Propor um plano de ação estratégico para publicização e implementação de dados abertos no Instituto Federal Farroupilha.

2.5. Legislação e demais normativos

Este plano considera, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos citados abaixo, e os deles decorrentes, estando assim em conformidade com as orientações normativas da iniciativa de dados abertos coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP):

O disposto no art. 48 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal, em meios eletrônicos de acesso público, às informações orçamentárias e prestações de contas;

O Decreto Presidencial Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que institui a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e determina que o compartilhamento e a disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados, afora aqueles protegidos por sigilo, são obrigatórios para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

O Decreto de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o qual estabelece o compromisso do governo de implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);

A Instrução Normativa Nº 04, de 13 de abril de 2012, que cria a INDA e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;

O Plano de Ação da INDA, que institui a necessidade de os órgãos estabelecerem seus respectivos Planos de Abertura de Dados, com vista a uma Política Nacional de Dados Abertos, e especifica os elementos mínimos do documento, além de determinar que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão;

O Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto (no âmbito da Parceria para Governo Aberto, *Open Government Partnership* – OGP), publicado em setembro de 2011 (Dec. de 15/09/2011). Em 2013, houve a pactuação de novos compromissos

(2º Plano de Ação), sob responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), dentre os quais: a) Abertura dos dados da execução do orçamento da União e das compras governamentais; b) Disseminação da cultura de abertura de dados públicos nos governos locais; c) Tecnologias de suporte e modelos de licenciamento para a publicação de dados abertos; d) Proposta de disponibilização de informações dos sistemas governamentais em formatos de dados abertos;

A criação e a entrada em vigor da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso a Informação – LAI;

Os parâmetros estabelecidos na e-PING – arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico – e os vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico e-VoG e e-MAG – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (instituído pela Portaria Nº 03, de 07 de Maio de 2007);

Os parâmetros estabelecidos no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), bem como os relacionados às áreas de tecnologia da informação (PETI e PDTI), sob orientação da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI.

Este documento é um instrumento de planejamento e coordenação das ações de abertura dos dados do IF Farroupilha, válido para o biênio 2017–2019, não consistindo em um detalhamento da internalização de práticas e ações.

2.6. Metodologia de construção e validação do documento

A construção do Plano de Dados Abertos do IFFar teve como metodologia a realização de reuniões periódicas entre os membros da comissão durante o mês de janeiro de 2017. O objetivo desses encontros, bem como da criação da referida comissão, foi debater estruturas teóricas, legais e boas práticas de divulgação de informações públicas, a fim de definir como será elaborado e implementado o PDA no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. O Quadro 1 demonstra as etapas desse processo.

Data	Assuntos Acordados
03/01/2017	Reunião do Grupo de Trabalho e definições das atividades a serem feitas
05/01/2017	Reunião para construção do documento e definição dos principais dados que serão disponibilizados
13/01/2017	Compilação e definições de dados abertos de cada pró-reitoria
16/01/2017	Ajustes, finalização e envio aos membros para as últimas sugestões
17/01/2017	Formatação do documento pela equipe da SECOM
18/01/2017	Revisão ortográfica do documento

Quadro 1 – Etapas do processo de construção do Plano de Dados Abertos do IF Farroupilha

2.7. Definição dos dados a serem abertos

A definição dos primeiros conjuntos de dados a serem abertos pelo IF Farroupilha foi realizada de forma a atender as indicações da planilha da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) para Universidades e Institutos Federais, considerando, sobretudo, a relevância das informações para a sociedade, a capacidade de operacionalização das ações necessárias dentro do prazo previsto e o alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico, de forma a garantir os princípios da publicidade e da transparência na administração pública.

Para a definição e a priorização dos dados a serem abertos pelo Instituto Federal Farroupilha, foram adotados os seguintes critérios⁵:

- Grau de relevância para a sociedade, conforme as demandas encaminhadas via e-SIC e Ouvidoria e os produtos/serviços mais procurados no sítio eletrônico da instituição;
- Normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo IF Farroupilha;
- Alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018.

⁵ Orientado pelo Manual para a elaboração do Plano de Dados Abertos do MP

Dessa forma, os conjuntos de dados sugeridos foram divididos de acordo com sua dimensão sistêmica: Acadêmico, Pessoal e Administrativo.

Quadro 2 – Conjunto de dados e cronograma de publicização de bases de dados por dimensão.

Dimensão sistêmica e conjunto de dados	Data de abertura	Periodicidade de atualização	Setor responsável	Situação atual
1. Acadêmico				
1.1. Cursos Relação de Cursos (Integrado, Subsequente, Graduação e Pós-Graduação) do IFFAR				
✓ id_curso ✓ id_unidade ✓ codigo ✓ nome ✓ nivel ✓ id_modalidade_educacao ✓ id_municipio ✓ id_tipo_oferta_curso ✓ id_area_curso ✓ id_grau_academico ✓ id_eixo_conhecimento ✓ ativo	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PROEN PRPPGI	Aberta e catalogada
1.2. Componentes Curriculares Relação de Componentes Curriculares (Integrado, Subsequente, Graduação e Pós-Graduação) do IFFAR				
✓ id_disciplina ✓ id_unidade ✓ codigo ✓ nome ✓ nivel ✓ id_tipo_componente ✓ id_curso ✓ id_modalidade_educacao ✓ ch_teorico ✓ ch_pratico ✓ ch_total	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PROEN PRPPGI	Aberta e catalogada
1.3. Alunos Relação de Alunos (Integrado, Subsequente, Graduação e Pós-Graduação) do IFFAR				
✓ id_discente ✓ nome ✓ ano_ingresso ✓ periodo_ingresso ✓ nivel ✓ id_forma_ingresso ✓ id_curso	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PROEN PRPPGI	Aberta e catalogada
1.4. Grupos de Pesquisa Relação de Grupos de Pesquisa Certificados do IFFAR				
✓ id_grupo_de_pesquisa ✓ codigo ✓ nome ✓ id_area_conhecimento_cnpq ✓ id_coordenador ✓ id_vice_coordenador	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PRPPGI	Aberta e catalogada

Dimensão sistêmica e conjunto de dados	Data de abertura	Periodicidade de atualização	Setor responsável	Situação atual
1.5. Projetos Acadêmicos				
Relação de Projetos Acadêmicos (Ensino, Pesquisa e Extensão) do IFFAR				
✓ id_projeto ✓ titulo ✓ data_inicio ✓ data_fim ✓ id_tipo_projeto ✓ id_unidade ✓ ano ✓ id_area_conhecimento_cnpq	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PROEN PRPPGI PROEX	Aberta e catalogada
1.6. Registros e Patentes				
Relação de Registros e Patentes do IFFAR				
✓ processo ✓ tipo_patente ✓ nome_patente ✓ campus ✓ situacao	Março de 2018	Anual	PRPPGI	Aberta e catalogada
2. Pessoal				
2.1. Servidores				
Relação de Servidores (Docente, Técnico Administrativo e Estagiário) do IFFAR				
✓ id_servidor ✓ nome ✓ id_escolaridade ✓ id_situacao ✓ id_categoria ✓ id_cargo ✓ id_formacao ✓ id_classe_funcional ✓ referencia_nivel_padrao ✓ id_unidade ✓ id_unidade_lotacao	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PRDI	Aberta e catalogada
2.2. Designações				
Relação de Servidores com Atividades de Designação no IFFAR				
✓ id_designacao ✓ id_servidor ✓ id_atividade ✓ inicio ✓ id_unidade ✓ id_nivel_designacao	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PRDI	Aberta e catalogada
3. Administrativo				
3.1. Bens Móveis				
Relação de Bens Móveis do Patrimônio do IFFAR				
✓ id ✓ num_tombamento ✓ denominacao ✓ id_marca_produto ✓ id_material ✓ id_unidade_resp_atual ✓ valor ✓ data_inicio_uso ✓ ano_balanco	Abril de 2017	Disponível em tempo real	PROAD	Aberta e catalogada

Dimensão sistêmica e conjunto de dados	Data de abertura	Periodicidade de atualização	Setor responsável	Situação atual
3.2. Bens Imóveis				
Relação de Bens Imóveis do Patrimônio do IFFAR				
✓ id_imovel ✓ rip ✓ nome_imovel ✓ logradouro ✓ numero ✓ complemento ✓ bairro ✓ cep ✓ municipio ✓ id_tipo_imovel ✓ id_forma_aquisicao ✓ area_terreno ✓ valor_terreno ✓ memorial_terreno ✓ propriedade_instituicao	Março de 2018	Disponível em tempo real	PROAD	Aberta e catalogada
3.3. Prestadoras de Serviço				
Relação de Empresas Prestadoras de Serviço para o IFFAR				
✓ id_fornecedor ✓ tipo ✓ cpf_cnpj ✓ nome ✓ endereco ✓ bairro ✓ cep ✓ cidade ✓ uf	Março de 2018	Disponível em tempo real	PROAD	Aberta e catalogada

Os conjuntos de dados abertos do IFFAR podem ser acessados diretamente por aplicativos ou pelos cidadãos, em tempo real, através da API de Dados Abertos do IFFAR. Os aplicativos ou cidadãos poderão realizar consultas a partir de sentenças formuladas de acordo com os recursos existentes na API e receber como resposta, inicialmente, arquivos nos formatos JSON, CSV e HTML.

Todos os recursos da API de Dados Abertos do IFFAR, assim como toda a documentação de uso da mesma, está disponível no endereço eletrônico (<http://dados.iffarroupilha.edu.br/>). Os conjuntos de dados abertos do IFFAR, também encontram-se catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, disponíveis no endereço eletrônico (<http://dados.gov.br/organization/instituto-federal-farroupilha-iffar>).

2.8. Estratégia para a Abertura dos Dados

Com base no *Manual para elaboração de Plano de Dados Abertos*, publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), e em alinhamentos definidos pelas

áreas e pelo pessoal envolvido na execução deste PDA, algumas estratégias foram adotadas, intentando a execução de um plano de ação.

Como estratégia para a **abertura dos dados**, elencamos algumas etapas do processo:

- Levantamento de dados candidatos à abertura;
- Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com prazos;
- Processo de publicação de dados abertos;
- Processo de catalogação e publicização dos dados.

2.8.1 Premissas

Além de estar alinhado com os princípios e as diretrizes mencionados anteriormente, o processo de abertura dos conjuntos de dados do IF Farroupilha deverá considerar as seguintes premissas:

- Seguir os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e pelo Governo Eletrônico, quando da publicação de dados;
- Considerar as normas e padrões da INDE na publicação de dados georreferenciados;
- Publicar com celeridade dados considerados relevantes à sociedade, em formato adequado e informando, quando necessário, eventuais limitações de qualidade dos dados;
- Publicar sempre que possível, dados e metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA;
- Catalogar os dados geoespacializados na INDE.

2.9. Plano de ação

A execução do PDA do IF Farroupilha seguirá as etapas sugeridas pelo kit de dados abertos do governo federal⁶. As atividades inerentes ao plano de ação, tais como cronograma com prazos previstos, são apresentadas no Quadro 2.

⁶ <http://kit.dados.gov.br/Execução-do-PDA/>

2.10. Sustentação

A abertura de dados é uma iniciativa que requer um contínuo e permanente acompanhamento, para que se mantenham as ações de abertura, catalogação e publicação dos dados do Instituto Federal Farroupilha.

Caberá à gestão do IFFar a definição de uma força-tarefa para acompanhamento e monitoramento dos metadados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. A equipe será composta por representantes das prós-reitorias e dos *campi* do IFFar.

2.11 Atualização

Garantir a notificação aos usuários sempre que houver atualização ou novas publicações;

Analisar se os dados a serem atualizados ou publicados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE;

Testar a usabilidade dos arquivos publicados e notificar à Secretaria Executiva quaisquer problemas de publicação ou de atualização.

2.12 Manutenção

Informar à Equipe de Gestão casos de indisponibilidade ou erros nos arquivos catalogados;

Identificar e elaborar propostas para melhorias de qualidade dos dados disponibilizados;

Analisar as solicitações de informações mais recorrentes no e-SIC e na Central de Atendimento do IF Farroupilha e sugerir novos conjuntos de dados candidatos à abertura de dados;

Prever formas de garantir a disponibilidade dos dados abertos e a incorporação do processo de abertura à rotina do órgão;

Garantir não só a sustentabilidade, mas a melhoria contínua do processo de publicação e atualização.

2.13. Governança

A abertura de dados em instituições governamentais é uma ação interdepartamental que envolve a alta gestão, a área de gestão das informações e as áreas de negócio, entre outras. Essas diversas áreas precisam interagir de modo que todo o processo seja coerente e contínuo.

Além disso, programas de abertura de dados podem implicar mudanças organizacionais, culturais e, por fim, tecnológicas.

2.14. Monitoramento e controle

Permanecerá sob responsabilidade da gestão do Instituto Federal Farroupilha a função de aprovar, deliberar e acompanhar a execução do PDA em nível estratégico, analisando indicadores, acompanhando as atividades do plano de ação e aprovando seus produtos/serviços. Será seu dever manter o alinhamento do PDA com os instrumentos de planejamento, aplicados no âmbito do IF Farroupilha, em colaboração com as demais áreas, persistindo também a incumbência de acompanhá-lo quanto aos prazos, cronogramas e gestão da comunicação entre os dispositivos envolvidos.

O IFFar deverá divulgar anualmente um relatório de prestação de contas para publicitação dos dados disponibilizados. O documento deverá conter informações sobre os conjuntos de dados abertos no período, o conjunto de dados com previsão de abertura para o próximo período e estatísticas sobre as consultas ou acessos aos dados divulgados.

2.15. Melhoria da qualidade dos dados

As pró-reitorias, os *campi* e o Gabinete do(a) Reitor(a) são proprietários e responsáveis pelos conjuntos de dados e, portanto, encarregados de levantar e catalogar suas informações, coordenar os processos de abertura e prezar pelo cumprimento do PDA. Também podem propor alterações do documento, considerando a melhoria contínua da qualidade e da confiabilidade dos dados publicados e os preceitos do modelo de maturidade de Dados Abertos da INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), que adota os seguintes critérios:

- Os dados abertos devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, por meio de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página, para seu acesso;
- Tabelas mantidas em arquivos PDF (relatórios, por exemplo), devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como .csv e .odt), e serem referenciadas por esses relatórios;
- Os dados disponibilizados devem estar em formatos abertos e recomendados pela e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico).

2.16. Comunicação e participação social

O portal do IFFar será o principal meio de comunicação com a sociedade quanto à publicização do PDA, sua governança e revisões. Dessa forma, sempre que houver atualização ou inserção de novos dados, ações de comunicação serão realizadas por meio deste canal, coordenadas pela gestão e equipe designada para executar essa atividade.

Os canais de comunicação do IF Farroupilha, tanto o portal (<http://www.iffarroupilha.edu.br/>) como os telefones institucionais (55-3218-9800, telefone principal da Reitoria) estarão disponíveis para o recebimento de dúvidas, solicitações e sugestões de evolução do PDA, bem como para o informe sobre problemas técnicos ou inconsistências dos dados publicados.

Referências

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI), [SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI)], MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). "Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil v1.0", 2012. Disponível em: <<http://www.dados.gov.br/cartilhapublicacao-dados-abertos/>>. Acessado em: 05 Abril 2016.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI), [SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI)], MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). "Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos". Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/governo-aerto/copy_of_manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf>. Acessado em: 05 Abril 2016.

BRASIL, 2011. "Lei de Acesso a Informação": LAI, Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acessado em: 05 Abril 2016.

BRASIL, 2000. "Lei da Transparência": Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acessado em: 05 Abril 2016.

BRASIL, 2000. "Portal da Transparência": Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/>>. Acessado em 05 Abril 2016.

Governo eletrônico. "Arquitetura de Interoperabilidade do Governo Eletrônico - e-PING". Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br> e <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/legislacao/portaria-no-05-de-14-de-julho-de-2005>>. Acessado em 05 Abril 2016.

SISP. "Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI". Disponível em: <http://www.sisp.gov.br/egti/wiki/download/file/EGTI_2013-2015_v1_1.pdf>. Acessado em 08 Abril 2016.

Governo eletrônico. “Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico - e-MAG”. Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>>. Acessado em 08 Abril 2016.

Governo eletrônico. “Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico - e-vog”. Disponível em:<<http://vocab.e.gov.br>>. Acessado em 05 Abril 2016.

Governo eletrônico. “Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico – VCGE”. Disponível em:<<http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge>>. Acessado em 05 Abril 2016.

Governo eletrônico. “Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA”. Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/indainfraestrutura-nacional-de-dados-abertos>>. Acessado em 08 Abril 2016.
Governo eletrônico. “Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012, INDA”. Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativada-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acessado em 08 Abril 2016.

Governo eletrônico. “Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – CGINDA”. Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativada-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acessado em 05 Abril 2016.

Governo eletrônico. “PLANO DE AÇÃO DA INDA”. Disponível em:<<http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT1-Gest%c3%a3o%20e%20Normativo%2fPlano%20de%20A%c3%a7%c3%a3o%20-%20INDA%2005.02.2013.odt>>. Acessado em 12 Abril 2016.

Governo eletrônico. “Guia de Abertura de Dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos”. Disponível em:<<http://www.consultas.governoeletronico.gov.br/ConsultasPublicas/consultas.do;jsessionid=C13E5697FF43725DB0020A8BD15E77AB?acao=exibir&id=93>>. Acessado em 12 Abril 2016.

INDE. “Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE”. Disponível em:<<http://inde.gov.br/>>. Acessado em 12 Abril 2016. Ministério da Educação e Cultura. “Portal da Educação”. Disponível em:<<http://mec.gov.br/>>. Acessado em 05 Abril 2016.

Ministério da Educação e Cultura. “Carta de Serviços ao Cidadão”. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=24851-carta-de-servicos-ao-cidadao-mec-pdf&Itemid=30192>. Acessado em 08 Abril 2016.

Ministério da Educação e Cultura. “Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MEC – PDTI”. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16433-pdtimec-2014-2016-01-pdf&Itemid=30192>. Acessado em 05 Abril 2016.

Ministério da Educação e Cultura. “Planejamento Estratégico Institucional do Mec (2015- 2018) – PEI”. Disponível em:<
Ministério da Educação e Cultura. “Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação do Mec – PETI.” Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17678-

relatorio-monitoramento-peti-pdti- anoref-2014&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acessado em 12 Abril 2016.

W3 Org. "Extensible Markup Language – Xml, Extensible Stylesheet Language – XSL e XSLT". Disponível em:<<http://www.w3.org/XML>>. Acessado em 12 Abril 2016.

IETF. "Javascript Object Notation – JSON". Disponível em:<<http://www.ietf.org/rfc/rfc4627.txt>>. Acessado em 12 Abril 2016. W3C PUBLISHING GOVERNMENT DATA. "Manual de Dados Abertos W3C". Disponível em:<[http://www.w3.org/TR/gov-data/Manual de Dados Abertos W3C](http://www.w3.org/TR/gov-data/Manual%20de%20Dados%20Abertos%20W3C)>. Acessado em 08 Abril 2016.

W3C PUBLISHING GOVERNMENT DATA. "Manual do desenvolvedor W3C". Disponível em:<http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/manual_dados_abertos_desenvolvedores_web.pdf>. Acessado em 08 Abril 2016.

W3C PUBLISHING GOVERNMENT DATA. "Cartilha do desenvolvedor W3C". Disponível em:<http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/encarte_manual_desenvolvedores_web.pdf>. Acessado em 05 Abril

Open Knowledge Brasil. "Guia de Dados Abertos OKFN". Disponível em:<<http://br.okfn.org/dados-abertos/>>. Acessado em 05 Abril

AGUNE, R., CARLOS, J., 2005, "Governo eletrônico e novos processos de trabalho". In: Gestão pública no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundap.

BRASIL, 1994. "DECRETO No1.094, DE 23 DE MARÇO DE 1994.". 1994. S.l.: s.n. Acessado em: 08 de Abril 2016. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1094.htm>.

BRASIL, 2000. "PORTARIA NORMATIVA N.º2, DE 27 DE OUTUBRO DE 2000". 2000. S.l.: s.n. Acessado em: 08 de Abril 2016. Disponível em:<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p02_00.htm>.

BRASIL, 2010. "Decreto de 03.04.2000". 2010. S.l.: s.n. Acessado em: 08 Abril 2016. Disponível em:<http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_3_de_abril_de_2000.pdf>.

BRASIL, 2012. "Instrução Normativa da INDA". 12 Abril 2012. S.l.: s.n. Acessado em: 08 Abril 2016. Disponível em:<<http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda/>>.

BRASIL, 2015. "Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING". 2015.S.l.: s.n. Acessado em: 15 Abril 2016. Disponível em:<<http://eping.governoeletronico.gov.br/>>.

CGU, 2015a. "Portal de Transparência Pública". 2015. S.l.: s.n. Acessado em: 12 Abril 2016. Disponível em:<<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/glossario/>>.

CGU, 2015b. "Portal do Acesso à Informação". . 2015. S.l.: s.n. Acessado em: 12 Abril 2016. Disponível em:<<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatoriosestatisticos/relatorios-estatisticos>>.

ECKERSON, W.W., 2002, "Data quality and the bottom line". In: TDWI Report, The Data Warehouse Institute. E-PING, 2014, Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico. . S.l., s.n. Acessado em: 15 Abril 2016.

Tribunal de Contas da União, 2014. "Referencial Básico de Governança". Acessado em: 12 Abril 2016. Disponível em:<<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D331418D>>

OGP, 2015. "OGP Como Funciona". . 2015. S.l.: s.n. Acessado em: 17 Abril 2016. Disponível em: http://www.governoaberto.cgu.gov.br/aogp/como_Funciona.asp.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION (OKF), 2012. "Open Data Handbook Documentation". . 14 Novembro 2012. S.l.: s.n. Acessado em: 19 Abril 2016. Disponível em:<<http://opendatahandbook.org/pdf/OpenDataHandbook.pdf>>.

PORTAL DE GOVERNO ELETRÔNICO DO BRASIL, 2015. "Portal de Governo Eletrônico do Brasil - Principios". . 2015. S.l.: s.n. Acessado em: 22 Abril 2016. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/principios>>.

REDMAN, T.C., 1998, "The Impact of Poor Data Quality on the Typical Enterprise". In: Commun. ACM. v. 41, pp. 79–82

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autores
03/01/2017	00.01	Versão inicial produzida pela <i>Comissão para elaboração do plano de dados abertos</i> – Portaria Nº 1.995/2016	Angela M. Andrade Marinho Carolina Teixeira W. Dall’Agnese Diego Zeni Fernanda Lopes Silva Ziegler Jesner Nunes José Antônio Lopes Hipp Maria Lucia Viana Cardoso Sheila de Oliveira Goulart Viviane Flores de Almeida Hennig Diego dos Santos Comis Leandro Felipe Aguilar Freitas Rafaelle Ribeiro Gonçalves
05/01/2017	00.02	Reunião para definir o que cada pró-reitoria vai colocar como prioridade	Angela M. Andrade Marinho Carolina Teixeira W. Dall’Agnese Diego Zeni Fernanda Lopes Silva Ziegler Jesner Nunes José Antônio Lopes Hipp Maria Lucia Viana Cardoso Sheila de Oliveira Goulart Viviane Flores de Almeida Hennig Diego dos Santos Comis Leandro Felipe Aguilar Freitas Rafaelle Ribeiro Gonçalves
13/01/2017	00.03	Reunião para definir o cronograma de execução de cada atividade	Angela M. Andrade Marinho Carolina Teixeira W. Dall’Agnese Diego Zeni Fernanda Lopes Silva Ziegler Jesner Nunes José Antônio Lopes Hipp Maria Lucia Viana Cardoso Sheila de Oliveira Goulart Viviane Flores de Almeida Hennig Diego dos Santos Comis Leandro Felipe Aguilar Freitas Rafaelle Ribeiro Gonçalves
22/03/2018	00.04	Reunião para discutir adequações a serem realizadas no PDA, após publicação da Resolução Nº 3 da INDA, de 13 de outubro de 2017.	Adriana Herkert Netto Angela M. Andrade Marinho Diego Zeni Fernanda Lopes Silva Ziegler Jesner Nunes José Antônio Lopes Hipp Maria Lucia Viana Cardoso Sheila de Oliveira Goulart Vitor Tassinari Dornelles